

**DIVISIONISMO E “IDENTIDADE” MATO-GROSSENSE E SUL-MATO-GROSSENSE:
UM BREVE ENSAIO**

Paulo Roberto Cimó Queiroz (UFMS/Dourados) – prcqueiroz@uol.com.br

A “versão nacionalista” da história das nações consiste em “anacronismo, omissão, descontextualização”, e isso, em menor grau, ocorre também em “todas as formas de história de identidade, antigas ou recentes”. Assim, cabe aos historiadores insistir na “distinção entre fato histórico verificável e ficção”, atuando de forma a constituir um *perigo* para todas as “ideologias de identidade coletiva”¹. Uma tal postura exige contudo alguns cuidados. Bourdieu enfatiza que *região* é, “em primeiro lugar, *representação*”, de modo que caberia aos pesquisadores “incluir no real a representação do real ou, mais exactamente, a luta das representações”: isto é, evitar a tendência à *simples crítica* dessas representações, buscando, ao contrário, “apreender a lógica própria” dessa luta. Mas Bourdieu alerta também para o risco oposto, representado pelo efetivo ou sutil *engajamento* em movimentos de construção de identidades regionais – com o que se escaparia da simples crítica “desmistificadora” apenas para incidir numa “ratificação mistificada e mistificadora das representações e das vontades” dos agentes².

É com tais pressupostos que busco, no presente texto, expor algumas reflexões acerca do tema indicado. Uma vez que foge aos meus objetivos acadêmicos a análise mais aprofundada desse tema, encaro tais reflexões apenas como uma tentativa de contribuir para o debate da chamada “identidade sul-mato-grossense”³ e de chamar a atenção para a necessidade de estudos sistemáticos e profundos a esse respeito.

Conforme os estudos de Zorzato e Galetti, uma “identidade mato-grossense” foi elaborada, por membros dos grupos sociais então dominantes no Estado, nas décadas iniciais do século XX (e especialmente em torno do ano de 1919, quando se comemorou o bicentenário da fundação de Cuiabá). Além de reagirem às imagens negativas sobre Mato Grosso (o “estigma da barbárie”), elaboradas e veiculadas por viajantes, as elites locais visavam manter a “primazia do mando”, em face da “ameaça” representada pela possível

chegada de novos grupos (os “capitais” e “braços” com os quais se esperava promover o desenvolvimento do Estado). Elabora-se uma “memória de consenso”, forjando-se um “sentimento de pertencimento ao grupo” que seria útil para “escamotear as desigualdades sociais” e “unir facções políticas rivais”. Os membros da elite afirmam-se “sentinelas avançadas da civilização no sertão” e resgatam suas origens bandeirantes ou européias, “silenciando-se sobre o lado indígena”. Explora-se o tema da “luta contra a ameaça estrangeira”, com a imagem do “defensor fronteiriço”, procura-se fixar a imagem de um meio físico rico e saudável e firma-se o critério do “pioneirismo” como um dos recursos de manutenção da “primazia do mando”⁴.

Mas esse processo de construção identitária foi influenciado também pelas diferenciações existentes no amplo território do Estado, em que se distinguem três porções: o *Norte* (a parte amazônica), o *Centro* (região polarizada pela capital, Cuiabá) e o *Sul* (correspondente, grosso modo, ao atual Mato Grosso do Sul). O povoamento desse espaço por parte de luso-brasileiros iniciou-se pela região de Cuiabá, onde se descobriu ouro em 1718. No Sul, o povoamento não-índio começou por volta de 1830, e já em fins do século XIX tem-se o aparecimento de “movimentos rebeldes dos *coronéis* sulistas”, constituindo um “embrião” de divisionismo, ou “separatismo” em relação ao domínio das oligarquias “cuiabanas”, ou “nortistas”⁵, que enfeixavam em suas mãos o poder político regional⁶.

A construção da “identidade mato-grossense”, nota Galetti, foi uma obra das elites “nortistas”, principalmente cuiabanas, que se mostravam preocupadas, entre outras coisas, com a assimetria no desenvolvimento capitalista que então se verificava no Estado, onde a porção sul parecia tomar a dianteira em relação aos velhos centros da “civilização mato-grossense”⁷. De fato, após o fim da guerra com o Paraguai (1870), enquanto o “Norte” permanecia virtualmente estacionado, em termos de incremento populacional e desenvolvimento econômico, o Sul recebia certo número de migrantes e imigrantes e ali se desenvolvia, além da pecuária, a economia ervateira. Inicialmente, as elites cuiabanas viram sua posição ameaçada pelo aumento do peso econômico e político da cidade de Corumbá, beneficiada pela livre navegação do rio Paraguai. Mais tarde seria efetivada a ligação

ferroviária entre o interior paulista e as margens do rio Paraguai, com a *Noroeste* (1914), o que ensejou o aparecimento de outros concorrentes: as elites de Campo Grande.

Assim, “as dificuldades de lidar com uma identidade estigmatizada pela idéia de barbárie não atingiam do mesmo modo a todos os mato-grossenses”, havendo fortes indícios de que “as elites sulistas exploraram a seu favor alguns dos componentes-chaves da identidade estigmatizada” (Galetti, p. 266). Em outras palavras, essas elites pareciam sentir-se em condições de lançar sobre o “Norte” a *batata quente* constituída pelo “estigma da barbárie”⁸, e nesse contexto é que se delineia a estratégia dos dirigentes “cuiabanos” para garantir em suas mãos a “primazia do mando”: entre outras coisas, aproveita-se a conjuntura do bicentenário para realçar, no âmbito da “identidade mato-grossense”, o “valor histórico e político de Cuiabá como cidade mãe de Mato Grosso, e dos cuiabanos como os representantes mais autênticos da raça mato-grossense” (Galetti, p. 310).

A força das elites campo-grandenses delineia-se mais claramente na década de 1920, quando a cidade se torna importante pólo comercial e passa a concentrar as principais lideranças políticas do Sul⁹. Essas lideranças buscam uma maior afirmação já em 1929/1930, quando, ao contrário de suas congêneres “nortistas”, apóiam a Aliança Liberal e a chamada *Revolução de 30*. Entretanto, as elites “cuiabanas” logram “dar a volta por cima”, aderindo ao novo regime e mantendo sua posição dominante. Nova oportunidade surgiria com a chamada Revolução Constitucionalista de 1932, que teve significativa adesão no Sul. Em Campo Grande chegou a instalar-se um governo “revolucionário”, chefiado por Vespasiano Martins, enquanto em Cuiabá continuava no cargo o interventor nomeado por Vargas. Segundo uma versão fantasiosa, teria então formalmente existido no Sul o “Estado de Maracaju”. No entanto, Bittar considera muito mais plausível que as elites sulistas (majoritariamente campo-grandenses) tenham então vislumbrado não necessariamente a ocasião da separação do Sul mas “apenas” a oportunidade da mudança da capital¹⁰.

Derrotada a rebelião, as elites sulistas, ou pelo menos parte delas, passam a defender por escrito e abertamente a separação entre o Sul e o “Norte”. Em fins de 1932 funda-se a *Liga Sul-mato-grossense*, que lança vários documentos, incluindo petições ao

Governo Provisório e à Assembléia Constituinte¹¹. Outro documento, rebatendo críticas de Rondon às pretensões dos sulistas e assinado por personalidades de destaque na região, foi publicado em Campo Grande em 1934¹². Nesses documentos, segundo me parece, encontra-se um primeiro esboço de uma identidade especificamente *sul-mato-grossense*, como reação à identidade mato-grossense “oficial”. O exame desse empreendimento (mediante o instrumental analítico usado por Zorzato e Galetti no estudo daquela identidade “oficial”) parece indicar que ele segue duas direções principais: 1) atribuição do “estigma da barbárie” apenas ao “Norte”, e portanto a negação, no geral, da “identidade mato-grossense” criada pelos *nortistas*; 2) apropriação e transformação de alguns elementos dessa identidade, que são então aplicados exclusivamente ou preponderantemente à porção sul do Estado. Além disso, os documentos enfatizam um aspecto destinado a cumprir, naquele momento, uma importante função identitária: a *opressão* do Sul pelo “Norte”¹³.

Assim, em *A divisão...* procura-se ferir a essência mesma da identidade criada pelos “nortistas”. Embora evitem lançar mão do termo “barbárie”, os autores caracterizam o “Norte” como *atrasado* e *decadente*; ridicularizam explicitamente algumas das imagens mais cultuadas pelos intelectuais do “Norte”, isto é, aquelas relativas à história, às tradições e às riquezas “mato-grossenses”, procurando caracterizá-las como algo vazio, sem substância prática; rejeitam, enfim, aquela idéia de Cuiabá como “cidade mãe” dos mato-grossenses: procura-se negar qualquer influência “cuiabana” no desenvolvimento da “civilização sulista”, enfatizando-se a presença, no Sul, de outros contingentes.

Todavia, os sulistas não deixam de se apropriar de elementos centrais da identidade construída e difundida pelos “nortistas”. Em *A divisão...*, os índios, por exemplo, não são citados uma única vez; ao contrário, enfatiza-se a suposta fundação da “civilização sulista” em pleno “deserto” – o que, aliás, enseja a afirmação do *pioneirismo* como critério para o exercício do mando; enfim, atribui-se aos *sulistas* a função de “guardiães das fronteiras”. Contudo, no tocante a essa apropriação de elementos, o que mais se destaca são os esforços dos sulistas no sentido de se afirmarem como *civilizados*, *modernos* e *desenvolvidos*, o que se faz, em boa parte, por oposição às supostas características

“cuiabanas” – opondo-se o “dinamismo” e a “civilização” do Sul ao “estatismo” e à “decadência” do Centro. Destaca-se a pujança e a modernidade da pecuária sulista, que chegaria até mesmo à suposta inexistência de latifúndios e se expressaria especialmente pela incorporação do que havia de melhor no estrangeiro. Enaltecem-se as demais atividades praticadas no Sul, como a agricultura e a indústria, e enfatiza-se, enfim, a modernidade de seus meios de transporte e comunicação, destacando-se tanto a ferrovia como os automóveis. Outro elemento tomado e adaptado pelos sulistas é o que concerne às condições naturais da região. Assim, postula-se um *fatalismo geográfico*, ancorado na já citada diferenciação do espaço estadual em 3 porções, e afirma-se que, nessa diferenciação, o quinhão melhor cabia ao Sul: “Entre o Sul e o Norte há a diversidade que se pode notar entre o Paraná e o Nordeste”. Desse modo, é como se o Sul lograsse escapar da condição tropical (indiretamente identificada com a *barbárie*) para incluir-se na *civilizada* zona temperada. Finalmente, visando a caracterizar efetivamente uma identidade *sulista*, afirma-se a suposta *universalidade* do sentimento divisionista – o qual se estenderia igualmente por *todo* o território sulista e *todos* os seus habitantes.

Desse modo, *A divisão...* identifica no Sul apenas características *positivas*: tudo o que ali havia de negativo era produto da má política, do abandono e da opressão dos dirigentes cuiabanos. A idéia de *opressão*, em especial, converte-se num importante elemento identitário, na medida em que funciona, a meu ver, como um autêntico *estigma*. Ela aparece, por um lado, como *dominação*, isto é, negação da participação dos sulistas nas decisões políticas. Contudo, é com relação às questões econômicas que a denúncia da opressão atinge seu ápice: afirma-se que o Sul produzia 2/3 da receita estadual, a qual no entanto era aplicada, quase na totalidade, no Centro e no Norte.

O que é notável, no entanto, é que esses esforços de invenção de uma identidade sul-mato-grossense não tiveram continuidade – não, pelo menos, sob a forma de um movimento abrangente e “oficial”: depois dos anos 30 o movimento divisionista perdeu força e a idéia de divisão seria lembrada, de quando em quando, apenas por um pequeno grupo de personalidades políticas¹⁴. O “arrefecimento” do movimento chegaria a tal ponto que,

segundo Bittar, os próprios divisionistas “históricos” teriam sido apanhados de surpresa pela decisão do governo federal de finalmente efetuar a divisão, em meados da década de 1970 (1999a, p. 132). Isso desautoriza, portanto, a tendência a se traçar a história do divisionismo como uma linha praticamente contínua, partindo de fins do século XIX, passando pelos *gloriosos* episódios da década de 30 e culminando triunfalmente em 1977. É preciso, ao contrário, explicar a referida *marginalização* da tese divisionista – que se deve, a meu ver, ao fato de a divisão ter sido sempre encarada pelos líderes sulistas, acima de tudo, como um objetivo *tático*, a serviço de uma *estratégia* mais importante e abrangente, isto é, a ascensão ao poder político (o que, aliás, transparece já no momento do nascimento do *ideal* divisionista, em meio às lutas coronelistas de fins do século XIX, cf. Corrêa, 1995, p. 57).

Uma das principais queixas dos sulistas dizia respeito à “desproporção numérica de sua representação política” (Bittar, 1997, p. 172), e assim pode-se deduzir que, caso fosse corrigida tal desproporção, em benefício dos sulistas (por meio, por exemplo, de eleições limpas), a divisão poderia ser descartada. O mesmo objetivo poderia ser igualmente atingido por meio da *mudança da capital*, com o que as alavancas do poder passariam para mãos sulistas. Ora, tudo indica que aquela *desproporção* começou a ser corrigida ainda nos anos 30, quando, a despeito da derrota de 1932, as elites sulistas não deixaram de se integrar à estrutura de poder existente no Estado. O principal líder político do Estado era o “nortista” Filinto Müller, mas Vespasiano Martins manteve-se durante o Estado Novo como o “vice-rei do sul”¹⁵, numa divisão de poderes pela qual “todas as nomeações do norte eram do Filinto e as do sul, do Vespasiano”¹⁶. A *correção* continuaria com as eleições após 1945, quando os sulistas fazem valer o trunfo eleitoral representado pela maior população. Agora, a conquista da hegemonia podia dar-se pela via partidária-eleitoral e “*sem rupturas dramáticas*”, isto é, “sem confronto entre as facções regionais, o que poderia ter resultados imprevisíveis” (Neves, p. 212-213; grifos do original). Em outras palavras, as elites sulistas não pareciam dispostas a colocar em risco as posições já alcançadas: como beneficiárias, em boa medida, do jogo político vigente, marcado pela intermediação partidária, elas assumem, juntamente com as “nortistas”, a defesa da *estabilidade* desse sistema, com a

conseqüente recusa a confrontos regionalistas abertos. Pode-se portanto deduzir que, nessa nova estratégia, seria absolutamente inconveniente qualquer tentativa mais incisiva de afirmação de uma identidade especificamente sulista, nos moldes do ocorrido nos anos 30, e por isso as críticas aos “cuiabanos” e a afirmação das peculiaridades (positivas) do Sul ficaram limitadas a grupos pouco representativos das elites sulistas.

A divisão enfim ocorreria, em 1977, à revelia das populações tanto do Sul como do “Norte”, e nesse novo contexto é que seria retomada a questão da *identidade sul-mato-grossense*¹⁷. Como, nesse momento, a parte realmente significativa das elites sulistas (aqueles que efetivamente *mandavam*) não mais estava mobilizada em torno da idéia de divisão, parece haver-se aberto um espaço para a construção, às pressas, de um discurso “histórico” simplesmente capaz de dar conta do *fato*, já consumado, da criação do novo Estado – espaço esse ocupado, na imprensa e nos meios culturais, por *neodivisionistas*, colocados perante o “desafio” de construir uma História do presente para o passado (o que facilmente conduz à idéia da divisão como algo historicamente “inevitável”, “fadado a acontecer mais cedo ou mais tarde”). Nesse processo, formaliza-se um discurso identitário flagrantemente mais simplificado que aquele dos divisionistas dos anos 30 (desaguando, muitas vezes, num reles determinismo geográfico-histórico), esquecem-se os descaminhos da história do divisionismo e criam-se mitos como o do “Estado de Maracaju”.

Nos anos 30, os esforços dos divisionistas tomavam contornos vivos, militantes, porque ali se estavam empenhando, para usar a expressão de Bourdieu (p. 124), interesses vitais. Tratava-se de um momento de luta, em que estava efetivamente caracterizada uma situação de certa opressão política, apta a ser colocada como fundamento de uma identidade estigmatizada. No pós-divisão, ao contrário, o que se coloca é a tarefa de construir uma identidade *ad hoc* – algo claramente *acessório*, não-essencial. O exercício do poder não mais requer uma luta contra um *outro* (o “cuiabano”), e assim se compreende que adquiram destaque, nos esforços pela criação de uma “identidade sul-mato-grossense”, aspectos essencialmente retóricos, destinados sobretudo a adornar vazios discursos de auto-celebração das elites locais, velhas e novas.

Para concluir, parece-me conveniente enfatizar (para o caso de que isso já não tenha ficado suficientemente claro) que não me incluo entre aqueles que consideram relevante a “tarefa” da criação de uma “identidade sul-mato-grossense” (a “verdadeira” identidade, por suposto...). Penso que Hobsbawm está certo ao sugerir que os historiadores se posicionem, nesses assuntos, “em favor do universalismo” (2004, p. 292), embora seja igualmente certo que tal postura não pode ser assumida de modo irrefletido, nos simples termos de sua velha matriz iluminista.

¹ HOBBSAWM, Eric [2004]. Não basta a história de identidade. In: _____. *Sobre História: ensaios*. Trad. Cid Knipel Moreira. 6. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras. p. 284-285, 288-289.

² BOURDIEU, Pierre [1989]. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel. p. 108, 113, 121-122.

³ Refiro-me à porção sul do antigo Mato Grosso, que deu origem, em 1977, ao Estado de Mato Grosso do Sul.

⁴ ZORZATO, Osvaldo [1998]. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo. p. 15-16, 56; ZORZATO, Osvaldo [2000]. Alicerces da identidade mato-grossense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 161, p. 419-436, jul./set. 2000. p. 422, 428, 430.

⁵ Cabe notar que os termos *Norte* ou *nortistas* costumavam ser utilizados, no linguajar dos habitantes do Sul, para designar Cuiabá e sua gente.

⁶ CORRÊA, Valmir B. [1995]. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943*. C. Grande: Ed. UFMS, 1995. p. 56-57.

⁷ GALETTI, Lylia S. G. [2000] *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo. p. 274, p. 267 e ss.

⁸ Esse estigma, de fato, como mostra Galetti, era lançado pelos estrangeiros sobre todo o Brasil, mas as elites do “civilizado” litoral brasileiro, ansiosas por se livrarem dessa *batata quente*, atiravam-na, por sua vez, sobre os “sertões” do país, onde se incluía todo o Estado de Mato Grosso.

⁹ QUEIROZ, Paulo R. Cimó [2004]. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na 1ª metade do século XX*. Bauru: Edusc; Campo Grande: Ed. UFMS. passim.

¹⁰ BITTAR, Marisa [1997]. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)*. 2 v. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo. p. 173.

¹¹ Documentos reproduzidos em MARTINS, Oclécio Barbosa [1944]. *Pela defesa nacional: estudo sobre redivisão territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráf. Barbero. p. 90 e ss.

¹² A DIVISÃO de Mato Grosso: resposta ao General Rondon. Campo Grande, 1934. 35 p.

¹³ Para não alongar demasiadamente o presente trabalho, limitarei minhas referências a *A divisão...*

¹⁴ Bittar, 1997, p. 219, 223; BITTAR, Marisa [1999a]. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: Ed. UFMS. p. 129.

¹⁵ Vespasiano, aliás, já havia mesmo sido eleito senador por Mato Grosso, tendo exercido o mandato de 1935 a 1937. Ele ainda voltaria ao Senado em 1945, lá permanecendo até 1955 (cf. Bittar, 1999a, p. 62).

¹⁶ NEVES, Maria Manuela R. de Novis [1988]. *Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: Luperj. p. 144-146, 133.

¹⁷ Trata-se aqui de um processo ainda pouco estudado, destacando-se, a esse respeito, ZILIANI, José Carlos [2000]. *Tentativas de construções identitárias em Mato Grosso do Sul (1977-2000)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.